

## 9 - Masculinidades, violência e homofobia

Sérgio Carrara  
Gustavo Saggese

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARRARA, S., and SAGGESE, G. Masculinidades, violência e homofobia. In: GOMES, R., org. *Saúde do homem em debate* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, pp. 201-225. ISBN 978-85-7541-364-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Masculinidades, Violência e Homofobia

*Sérgio Carrara e Gustavo Saggese*

Ao longo das últimas décadas, situações de violência e discriminação vêm sendo abordadas com maior frequência no âmbito da saúde pública e coletiva no Brasil. Seja do ponto de vista dos encargos que representa para os serviços de saúde, seja do ponto de vista das conexões entre vulnerabilidade social, discriminação e processos de adoecimento, a violência tornou-se importante objeto de reflexão na área da saúde (Minayo, 1994, 2006).

As discussões sobre o fenômeno da violência interpessoal têm, por sua vez, colocado a masculinidade e os homens no centro do debate.<sup>1</sup> Isso se deve, ao menos em parte, ao verdadeiro abismo estatístico que existe entre homens e mulheres quando se comparam taxas de mortalidade por causas externas, muito maiores entre os primeiros. Entre tais causas, está o homicídio, perpetrado, sobretudo, por homens (Souza, 2005). É muito clara, portanto, a implicação da masculinidade em contextos onde a violência toma forma, sejam os homens vítimas ou algozes, seja a violência exercida contra mulheres ou contra outros homens.

Como diferentes trabalhos têm apontado, masculinidade e violência se articulam de múltiplas formas, especialmente quando se discutem temas específicos, como é o caso da 'violência contra mulheres'.<sup>2</sup> Nesse campo, foi elaborado o conceito de 'violência de gênero', atualmente na pauta

---

<sup>1</sup> Em artigo sobre crime e violência no Brasil, Zaluar (1999) destaca a reiteração de um *ethos* masculino diante da possibilidade de uma emasculação simbólica como uma das motivações que leva homens jovens envolvidos no tráfico de drogas a confrontar seus pares.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, Brandão (2006), Correa (2002) e Gregori (1993).

das mais diversas áreas do conhecimento e de políticas públicas. No entanto, mesmo que o conceito de 'violência de gênero' tenha sido desenvolvido a partir da análise do exercício abusivo de poder de homens sobre mulheres, ele também parece ser crucial para a compreensão da violência intragênero, isto é, da violência que ocorre entre homens.<sup>3</sup>

Homens que rompem com convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos a situações de violência e discriminação. Ainda que de divulgação relativamente recente, conceitos como 'violência contra homossexuais', 'violência homofóbica' e 'homofobia' vêm sendo utilizados por ativistas e pesquisadores na tentativa de compreender a especificidade desse fenômeno, alvo de crescente preocupação não só por parte da militância do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT),<sup>4</sup> mas também do governo e da mídia. Porém, as relações conceituais entre a chamada 'violência de gênero' e a 'violência homofóbica' permanecem ainda pouco exploradas. No caso desta última, rupturas com as convenções sociais relativas à sexualidade (manutenção de práticas e desejos não heterossexuais) e as convenções de gênero (manifestação pública de atributos e comportamentos considerados femininos por homens e masculinos por mulheres) parecem diferencialmente implicadas nos contextos de violência e discriminação.

Com o significado mais imediato de ódio ou repulsa a homossexuais, a expressão 'homofobia' tem recebido inúmeras críticas no plano acadêmico, entre elas a de não permitir que, nos casos concretos, se diferencie o que é devido ao preconceito contra certas práticas e desejos sexuais do que é devido ao preconceito contra a adoção de uma performance de gênero não convencional.<sup>5</sup> Essa crítica se constrói a partir

---

<sup>3</sup> Essa conexão é particularmente perceptível no caso da violência sexual. Para isso, ver Lopes (2005) e Sarti e colaboradores (2006).

<sup>4</sup> A sigla foi alterada durante a I Conferência Nacional GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – brasileira, ocorrida entre os dias 5 e 8 de junho de 2008 em Brasília, decidindo-se por inverter o 'L' pelo 'G'. Atualmente, portanto, o movimento é chamado de LGBT e, para efeitos do presente trabalho, adotaremos a nova sigla.

<sup>5</sup> A palavra homofobia foi cunhada no final da década de 1960 pelo psicólogo americano George Weinberg, que via uma natureza patológica no comportamento aversivo em relação a homossexuais. No entanto, o termo tem sido utilizado como modelo para nomear diversas atitudes negativas envolvendo gênero e sexualidade e, apesar de suas limitações, teve reconhecida importância na compreensão das experiências de rejeição, hostilidade e invisibilidade dos homossexuais, deslocando o 'problema' da homossexualidade para os 'normais' que não toleram *gays* e lésbicas (Herek, 2004).

da ideia de que, embora articulados, sexualidade e gênero devem ser considerados como planos distintos de hierarquização de diferenças sociais.

No plano político, a expressão 'homofobia' tem sido criticada porque diferentes sujeitos reivindicam a especificidade da violência que os atinge, cunhando expressões como 'transfobia' ou 'lesbofobia'. Do seu ponto de vista, 'homofobia' se aplicaria apenas para homens homossexuais ou *gays*.<sup>6</sup> Ao longo deste trabalho, tomaremos, portanto, a expressão 'violência homofóbica' como um conceito em construção, cujo refinamento depende de pesquisas empíricas mais abrangentes e detalhadas.

Nas últimas décadas, começaram a surgir no Brasil pesquisas que, com base em fontes jornalísticas, procuraram analisar a violência homofóbica no país, principalmente no que diz respeito aos assassinatos.<sup>7</sup> A partir de 2003, uma série de *surveys* realizados nas Paradas do Orgulho LGBT brasileiras foi coordenada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Clam/IMS/Uerj) e pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC/Ucam) envolvendo múltiplos parceiros.<sup>8</sup> Dando continuidade à investigação dos padrões de vitimização dessa população, tais *surveys* passaram a abordar também questões relacionadas a sociabilidade, afetividade, sexualidade, política e direitos (Ramos & Carrara, 2006).

Este capítulo tem por objetivo aprofundar a discussão, explorando tanto os dados quantitativos obtidos nos *surveys*, quanto dados qualitativos

---

<sup>6</sup> Especialmente no plano político, o termo *gay* tem sido de modo geral utilizado como sinônimo de homem homossexual, mesmo que, no plano social, mulheres lésbicas e também travestis o utilizem eventualmente para expressarem sua identidade.

<sup>7</sup> Pioneiro na empreitada, o Grupo Gay da Bahia (GGB) dispõe de um registro documentado de assassinatos em que a homossexualidade da vítima é considerada o principal motivador, mesmo que de forma indireta (Ramos & Carrara, 2006). Para mais informações, ver Mott (2000) e Mott e Cerqueira (2001).

<sup>8</sup> A pesquisa envolveu em suas diferentes edições as seguintes organizações não governamentais (ONGs): Grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual, Nuances: Grupo pela Livre Expressão Sexual, Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, Instituto Papai e Fórum LGBT de Pernambuco. No âmbito universitário, além do CESeC/Ucam, participaram do trabalho: Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs) da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Pernambuco. Para o resultado de cada um dos *surveys*, ver Carrara e Ramos (2005), Carrara e colaboradores (2006, 2007).

produzidos a partir de entrevistas em profundidade realizadas com homens homossexuais, na cidade do Rio de Janeiro, entre os meses de abril e outubro de 2008. Por meio delas procurou-se compreender as maneiras pelas quais estes indivíduos 'se descobrem' atraídos por pessoas do mesmo sexo e buscam meios de lidar com esse desejo, abordando as estratégias de manipulação e ocultamento da orientação sexual que frequentemente se mostram necessárias perante o preconceito e a discriminação que podem ocorrer em diversos círculos de sociabilidade, como a família, o ambiente de trabalho e os amigos.<sup>9</sup> No entanto, antes de seguirmos com a nossa análise, é importante explicitar algumas inquietações metodológicas.

## “Homens”?

Entre 2003 e 2006, foram aplicados 3.229 questionários contendo questões fechadas e abertas em quatro capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Recife.<sup>10</sup> Procurava-se conhecer o perfil social dos(as) participantes das Paradas de Orgulho LGBT, sem descartar, no que concerne a informações sociológicas mais gerais, os/as heterossexuais presentes no evento.<sup>11</sup> Buscava-se também conhecer os padrões de vitimização apresentados pela população LGBT.

Perguntas referentes à discriminação e à violência, bem como à participação política, sociabilidade e cuidados com a saúde, foram feitas somente aos que mantinham algum tipo de autoidentificação não heterossexual. Tal identificação foi obtida com a pergunta “Com qual dessas categorias você mais se identifica?”, oferecendo-se como alternativas: *gay*, *lésbica*, *homossexual*, *travesti*, *transexual*, *bissexual* e *entendido/a*.

No primeiro *survey*, realizado na Parada de 2003, no Rio de Janeiro, o 'sexo' do(a) respondente não foi perguntado, pois se acreditava que categorias como '*gay*', '*homossexual*' e '*lésbica*' iriam se referir imediatamente

---

<sup>9</sup> Os resultados de trabalho qualitativo foram mais amplamente explorados em Saggese (2009).

<sup>10</sup> A pesquisa também foi realizada em Belém, mas os dados ainda estão em análise e não serão trabalhados aqui.

<sup>11</sup> Nas paradas aqui consideradas, eles e elas compunham quase 23% do total de respondentes. É interessante notar que, entre heterossexuais presentes, temos, sobretudo, mulheres, o que parece revelar que homens heterossexuais talvez considerem sua presença em eventos desse tipo como virtual ameaça à sua masculinidade.

a homens, no caso das duas primeiras, ou a mulheres, no caso da última. Os dados revelaram, entretanto, que um número significativo de mulheres preferia identificar-se, por exemplo, como *gay* ou homossexual. A possibilidade de múltiplas identificações atravessando as fronteiras de gênero fez, de um lado, com que as diferentes categorias identitárias autoatribuídas previstas no questionário fossem trabalhadas a fim de compor categorias analíticas mais abrangentes, chamadas por nós 'identidades sexuais agregadas'.<sup>12</sup> Além disso, esse problema inicial impôs uma reflexão mais detida sobre o que significa, em determinados contextos sociais, perguntar qual o sexo de uma pessoa. No caso daqueles que transitaram ou estão transitando por categorias de sexo/gênero, como travestis e transexuais, por exemplo, essa pergunta pode ter várias respostas, dependendo do ponto de suas trajetórias sociais a que o pesquisador se refere, do modo como se percebem, ou mesmo de como são socialmente percebidas.

Ao longo dos *surveys* seguintes, tornou-se claro que 'sexo', geralmente uma das menos polêmicas 'variáveis' em pesquisas quantitativas, deveria ser considerada como uma das mais complexas naquele contexto. Nos dois *surveys* subsequentes, Rio de Janeiro e Porto Alegre, ficou a cargo dos entrevistadores anotar o sexo do/a respondente. Contudo, além dos problemas éticos que implicava atribuir um sexo aos sujeitos da pesquisa independentemente de sua opinião, muitos entrevistadores simplesmente se esqueciam de fazer o registro dessa variável.

A partir do quarto *survey*, realizado na Parada de São Paulo, em 2005, decidiu-se que a pergunta seria formulada de uma maneira diferente para que se pudessem separar homens e mulheres na análise: "Com que sexo você foi registrado ao nascer?". Por razões óbvias, uma pergunta como essa, formulada a alguém que considere sua masculinidade ou feminilidade como autoevidentes, continuou a causar embaraços, mas foi a maneira encontrada para dar conta do problema.

Se, do ponto de vista metodológico, tal saída se mostrou relativamente eficaz no caso dos *surveys*, do ponto de vista do objeto que nos propomos a trabalhar aqui, o problema permanece. E não se trata de questão meramente abstrata ou teórica, pois, dependendo da definição que damos a 'homem', seremos remetidos a sujeitos distintos e a um conjunto

---

<sup>12</sup> Dessa forma, a partir das oito alternativas oferecidas aos/as respondentes, foram elaboradas cinco categorias analíticas que agrupavam as anteriores: 'homem homossexual', 'mulher homossexual', 'homem trans', 'mulher trans', 'homem bissexual' e 'mulher bissexual'. Para diferenciá-las, optamos por usá-las aqui sempre entre aspas simples.

diferente de dados empíricos. Com as informações de que dispomos, discutir a chamada violência homofóbica a partir da 'experiência masculina' nos conduz a uma questão aparentemente banal, mas sumamente importante: que sujeitos estariam incluídos em nossa análise? Entre as pessoas 'trans' (travestis e transexuais), seria pertinente considerar apenas 'homens trans', isto é, pessoas que viveram parte de suas vidas como mulheres, ainda que tenham passado por um longo processo de transformação corporal para assumir uma identidade social e legal masculina? Travestis deveriam ou não fazer parte do recorte? Certamente esse problema pode ter diferentes soluções, mas o importante aqui é apontar para o fato de que trabalhar com questões relativas à masculinidade do ponto de vista da chamada população LGBT coloca de início um desafio perturbador: afinal, de que 'homens' falamos? O que define certos sujeitos como homens: seu perfil genético, sua anatomia, seu equilíbrio hormonal, a percepção subjetiva de seu gênero ou o modo como outros os percebem?

Acreditamos que tal inquietação, especialmente cara ao contexto de pesquisas socioantropológicas, deva ser considerada crucial também para quem se dedica a pensar ou promover a 'saúde do homem'. Não se trata aqui de aprofundar a discussão sobre gênero ou sobre políticas identitárias baseadas em categorias de gênero, mas de esclarecer que, para abordar a violência homofóbica a partir dos resultados dos *surveys*, optamos por discutir os dados relativos a todos os sujeitos que declararam terem sido classificados como 'homens ao nascer'. Isso significa que a análise está centrada naqueles que foram classificados no âmbito da pesquisa como 'homens homossexuais' e 'homens bissexuais',<sup>13</sup> mas também como 'mulheres trans', categoria que agrega tanto as que se autoidentificaram como travestis ou transexuais, quanto as que, identificando-se de outro modo, faziam naquele momento uso de hormônio ou silicone para a construção de um corpo feminino.<sup>14</sup>

Estamos conscientes de que, no plano político, 'mulheres trans' lutam atualmente para serem consideradas social e legalmente como mulheres *tout court*. Porém, para além do fato de terem sido classificadas como homens ao nascer, sua inclusão em um texto centrado na discussão sobre masculinidade justifica-se duplamente. Em primeiro lugar, pensamos que a experiência da travestilidade e da transexualidade é dinâmica,

---

<sup>13</sup> Os que se disseram '*gays*', 'homossexuais', 'entendidos' ou 'bissexuais'.

<sup>14</sup> Do conjunto de 2.479 respondentes não heterossexuais, apenas 186 foram consideradas 'mulheres trans'. O número de 'homens trans' na amostra, apenas 6 ou 0,2% do total, os torna estatisticamente pouco significativos.

passando por graus variados de elaboração da feminilidade em corpos inicialmente percebidos como masculinos. Também, quando comparados aos dados de 'homens homossexuais' e 'homens bissexuais', os dados referentes às 'mulheres trans' permitem perceber mais claramente a articulação entre gênero e sexualidade na configuração das experiências de preconceito, discriminação e violência homofóbicas.

## Masculinidade(s) e homofobia

No conjunto de *surveys* realizados durante as Paradas do Orgulho LGBT brasileiras, chama a atenção o número expressivo de homens (ou seja, de indivíduos classificados como homens ao nascer) presentes aos eventos (60%).<sup>15</sup> Quando comparado à população brasileira, o conjunto de entrevistados nas quatro cidades mostra-se significativamente mais jovem,<sup>16</sup> e, além disso, apresenta taxas de escolaridade bem mais elevadas.<sup>17</sup> Entre os homens não heterossexuais, quase 40% foram classificados como 'homens homossexuais' e apenas 5,3% como 'homens bissexuais',<sup>18</sup> sendo que esses últimos encontravam-se, sobretudo, entre os mais jovens. As distribuições relativas às identidades autoatribuídas e agregadas podem ser vistas nos Gráficos 1 e 2 (a seguir).

Para avaliar experiências de discriminação, no questionário se propunham situações bem concretas, relativas a diferentes círculos de sociabilidade. Perguntava-se, por exemplo, se "devido à sexualidade", o(a) respondente já havia passado por situações como: "não ter sido selecionado(a) no emprego"; "ter recebido tratamento diferenciado ou ter sido impedido(a) de entrar em comércio/locais de lazer"; "ter sido mal

<sup>15</sup> Esse número é superior ao número de homens presentes na sociedade brasileira como um todo que, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2006/2007), era de 48,8%.

<sup>16</sup> Se compararmos as faixas de 22-29 anos e de 30-39, por exemplo, temos em nossa amostra 33,3% de participantes na primeira e 22,4% na segunda. Em relação ao conjunto da população brasileira, o censo de 2000 apontava, para as mesmas faixas, apenas 13,7% e 15%, respectivamente. As proporções se invertem na faixa dos que dizem ter mais de 40 anos. Em nossa amostra, eles representam 17%; para a população brasileira, seriam 24,3%.

<sup>17</sup> Em nossa amostra, 71,6% declararam ter pelo menos 11 anos de estudo, ao passo que apenas 28,9% da população brasileira apresentava o mesmo grau de escolaridade, de acordo com os dados da Pnad 2006/2007.

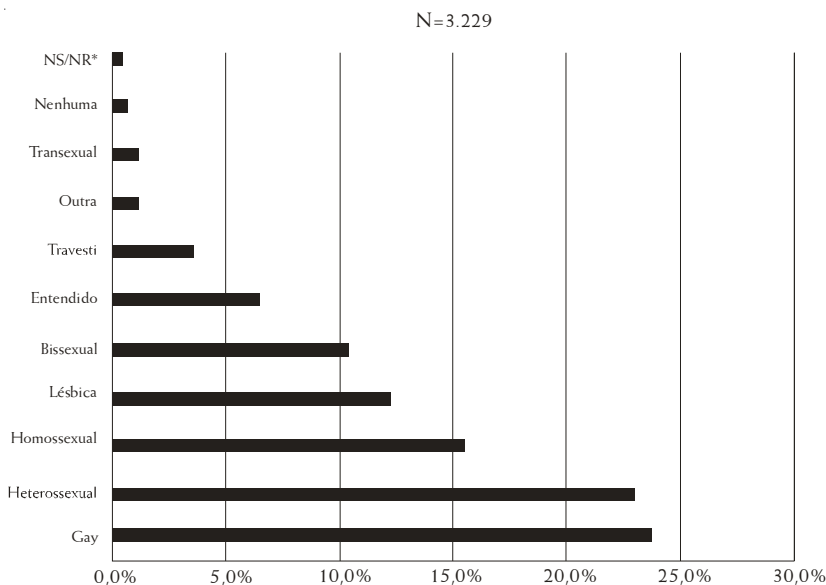
<sup>18</sup> Entre as mulheres, também há uma diferença notável, mas comparativamente menor (18,5% de 'mulheres homossexuais' e 5,4% de 'mulheres bissexuais').



atendido(a) em serviços de saúde ou por profissionais de saúde". Considerando a totalidade da amostra, 57% de todos(a)s respondentes declararam ter sofrido pelo menos uma das formas de discriminação apresentadas no questionário. Em todas as situações, 'homens homossexuais' apresentaram porcentagens relativamente mais altas do que 'homens bissexuais', atrás apenas das 'mulheres trans'.

É interessante notar que os números de experiências de discriminação são mais próximos quando se perguntou sobre círculos de sociabilidade mais íntimos, indo de aproximadamente 33%, entre 'homens homossexuais' e 'mulheres trans', a 26% entre 'homens bissexuais'. Assim, no ambiente familiar, 'homens homossexuais' e 'mulheres trans' apresentam taxas idênticas no que se refere a experiências de discriminação (26,7%), seguidos por 'homens bissexuais', que apresentam taxas um pouco inferiores (20,7%).

Gráfico 1 – Identidades sexuais autoatribuídas



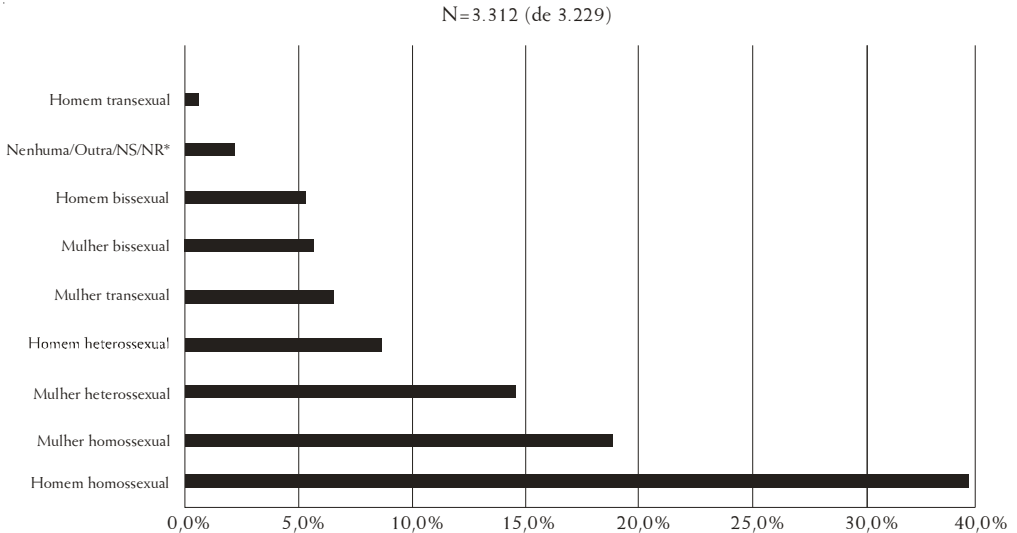
\*NS/NR – Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Clam/IMS/Uerj e do CEsEC/Ucam.

Quando se trata de discriminação por amigos e vizinhos, 38,8% das 'mulheres trans' relataram esse tipo de experiência, seguidas de perto por 'homens homossexuais' (37,2%) e 'homens bissexuais' (30,3%). Um padrão semelhante acontece quando se trata do ambiente escolar, em relação a

colegas e professores. Nele, um número expressivo de 'homens homossexuais' (37,4%) e 'mulheres trans' (34,4%) sentiu-se discriminado, seguidos pelos 'homens bissexuais' (27,8%).

Gráfico 2 – Identidades sexuais agregadas



\* NS/NR – Não sabe/Não respondeu.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Clam/IMS/Uerj e do CEsC/Ucam.

Como se vê, nesses círculos, a diferença média entre os que se sentiram menos e mais discriminados é de 7 pontos percentuais. Desse modo, as 'mulheres trans' relataram em média o mesmo número de experiências de discriminação que 'homens homossexuais' – ambos com médias ligeiramente superiores às de 'homens bissexuais'. O fato de os três grupos estarem próximos no que diz respeito à discriminação em círculos mais íntimos de sociabilidade deve-se muito provavelmente ao fato de que é nesses círculos que a orientação sexual ou identidade de gênero dos sujeitos acaba sendo conhecida em algum momento de suas trajetórias.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Como os *surveys* também revelaram, é nesses círculos que a maior parte dos entrevistados(as) já teria 'assumido' sua orientação sexual ou identidade de gênero. Assim, no Rio de Janeiro, em 2004, 'assumia-se' mais frequentemente para amigos (89,5%) e familiares (68,8%). O mesmo quadro se repete nas outras capitais pesquisadas.

A incidência de experiências de discriminação altera-se significativamente quando avançamos para círculos menos privados de sociabilidade e entramos no mundo público. Assim, enquanto 36,7% das 'mulheres trans' declararam ter sido discriminadas no trabalho ou na admissão para um emprego, apenas 13,9% dos 'homens homossexuais' e 9,7% dos 'homens bissexuais' tiveram experiência semelhante.

Se, em locais comerciais e de lazer, 44,2% das 'mulheres trans' se sentiram discriminadas, somente 17,8% dos 'homens homossexuais' e 11,9% dos 'homens bissexuais' relataram o mesmo.

Em ambiente religioso, as taxas variam entre 41,5% para 'mulheres trans' e 11,8% para 'homens bissexuais', permanecendo os 'homens homossexuais' em uma posição intermediária, com 23,1%.

Ter sido mal atendido em delegacias ou por policiais é relatado, sobretudo, por 'mulheres trans' (44,3%), seguidas de longe por 'homens homossexuais' e 'bissexuais', com porcentagens quase idênticas: 19,4% e 18%, respectivamente.

As relações com serviços de saúde também são apontadas como contextos propícios a experiências de discriminação, ainda que, entre as situações selecionadas para compor o que chamamos aqui de mundo público, elas apresentem índices de discriminação sensivelmente mais baixos do que aqueles observados para outras situações.

A proporção de experiências de discriminação relatadas por 'mulheres trans', como usuárias dos serviços de saúde, chega a 25,2%, sendo que 30,2% delas foram impedidas de doar sangue. Esse fato também foi vivido como discriminação por muitos 'homens homossexuais' (17,7%), embora um número menor (11,1%) tenha passado por situações de discriminação em serviços de saúde. 'Homens bissexuais' viveram a experiência de terem sido preteridos em uma tentativa de doação de sangue (7,9%), e um número ligeiramente menor relatou experiência de discriminação em serviços de saúde (6,9%).

É certo que o atual impedimento de doar sangue que se impõe a partir do tipo de prática sexual (se heterossexual ou homossexual) mantida pelo potencial doador, e não a partir da utilização ou não de preservativos, mereceria uma discussão à parte. Vale notar que o número dos que foram recusados, isto é, dos que tentaram doar sangue e foram impedidos, é considerável para um país em que se incentiva a doação de sangue de modo geral.<sup>20</sup>

Nos círculos de sociabilidade mais formais e que compõem o mundo público, aumenta a diferença entre a categoria mais afetada por situações de discriminação – as ‘mulheres trans’ – e a categoria menos afetada – em geral, ‘homens bissexuais’, atingindo a média de 36,7 pontos percentuais. Nesses espaços, ‘mulheres trans’ relatam duas vezes mais experiências de discriminação, quando comparadas a ‘homens homossexuais’, e três vezes mais do que ‘homens bissexuais’.

Assim, seja por manifestarem atributos não legíveis a partir das convenções de gênero vigentes e, por essa razão, vinculados a práticas sexuais condenáveis, seja simplesmente por demonstrarem que os vínculos entre sexo, orientação sexual e gênero são mais instáveis do que se acredita, as ‘mulheres trans’ são as vítimas preferenciais da homofobia que acontece no espaço público.

Além de situações de discriminação, a pesquisa buscava também informações sobre as experiências de “agressão” vividas pelo(a)s entrevistado(a)s “devido à sua sexualidade”. Incluíram-se como “agressões” as seguintes situações: “violência sexual”, “boa-noite, cinderela”,<sup>21</sup> “chantagem/extorsão”, “agressão física”, “ameaça de agressão/agressão verbal”.

Nas quatro cidades pesquisadas, um elevado número de entrevistados (63%) relatou ter vivido pelo menos uma das modalidades de agressão. Esse tipo de experiência, bastante comum entre todos, sofre, entretanto, variação se considerarmos as diferentes identidades sexuais agregadas. A única exceção diz respeito aos casos de agressão verbal ou ameaça de agressão, em que as experiências dos três grupos tendem a se aproximar.

Assim, o lugar social da homossexualidade no Brasil permanece ainda hoje marcado pela injúria (Eribon, 2008), e ser objeto de agressões verbais parece quase constitutivo da experiência de ser homossexual, bissexual

<sup>20</sup> Para efeito de comparação, o número de mulheres que tiveram sangue recusado é significativamente menor – 4,3% entre as ‘homossexuais’ e apenas 1% entre as ‘bissexuais’. No que concerne a esse problema, talvez devêssemos considerar a permanência entre nós da antiga representação que unia simbolicamente os então chamados “desvios sexuais” às doenças do “sangue” (Carrara, 1996), algo ainda mais reforçado com o advento da epidemia de Aids, cujas vítimas iniciais foram homens que mantinham relações sexuais com outros homens. Em meados da década de 1980, Pollak (1990: 11) afirmava que “suas vias de transmissão pelo sangue e pelo esperma são carregadas de ligações com as ideias de pureza, procriação e reprodução social”.

<sup>21</sup> O crime consiste na sedação da vítima com soníferos e outras substâncias narcóticas com o objetivo de roubar dinheiro e bens.

ou mulher trans. Dos 'homens homossexuais' entrevistados, 67,6% declaram ter experimentado esse tipo de agressão – o mesmo acontecendo com 70,8% das 'mulheres trans' e 52% dos 'homens bissexuais'.

Já em relação à agressão física, as experiências diferem sensivelmente. Enquanto quase metade (47%) das 'mulheres trans' declarou ter sofrido algum tipo de agressão física em virtude de sua sexualidade, apenas 23% dos 'homens homossexuais' e 14,6% dos 'homens bissexuais' relataram o mesmo.

Obviamente, a transgressão mais pública das convenções sociais de gênero e as relações violentas que marcam o igualmente estigmatizado universo da prostituição, em que muitas travestis trabalham, podem explicar em parte tais diferenças. Vale destacar também a incidência diferencial da violência sexual que, no caso das 'mulheres trans', foi relatada por 22,4% das respondentes, contra 7,9% entre 'homens homossexuais' e apenas 3,5% para os 'bissexuais'.

É também notável o modo como a experiência de agressão física diminui consistentemente à medida que aumenta a escolaridade dos entrevistados, caindo em mais de 30%, entre os que declararam ter ensino fundamental completo ou incompleto, para menos da metade (pouco mais de 10%) para os que declararam ter ensino superior completo ou incompleto.

Para os três grupos aqui considerados, mais da metade das agressões ocorreu em local público e os agressores foram, sobretudo, desconhecidos. A agressão por desconhecidos foi relatada por 47,5% dos 'homens homossexuais', chegando a 51,6% entre as 'mulheres trans'. Mesmo assim, um número não desprezível das agressões ocorreu em casa para 'homens homossexuais' (15,7%), 'bissexuais' (10,2%) e 'mulheres trans' (8,2%), sendo os agressores familiares, amigos ou conhecidos, colegas de trabalho ou faculdade e vizinhos.

Isso aponta para o caráter multifacetado da chamada violência homofóbica. Se, em muitos casos, ela se reveste das características mais clássicas dos chamados 'crime de ódio', em que os/as que têm a 'coragem' (ou o 'descuido') de exibir em público sua diferença são agredidos verbal e fisicamente por desconhecidos, em muitos outros, acontece no contexto de relações sociais afetivamente densas, envolvendo parentes ou amigos. Assim, ao menos quando se trata de homofobia, a 'casa' não parece ser uma proteção tão eficaz contra a violência anônima da 'rua'.

## Negociando limites: visibilidade, discriminação e violência

Ao analisar os dados estatísticos, percebemos que experiências de discriminação e violência fazem parte da trajetória de parte considerável do(a)s entrevistado(a)s. Ainda que, na maior parte dos países ocidentais, o contexto social e político tenha sofrido grandes transformações desde Stonewall, calcular riscos, sofrer rechaços e optar por revelar ou esconder a homossexualidade ou identificações de gênero não convencionais ainda são preocupações muito presentes, condicionando de maneira permanente o trânsito social de muitas pessoas. Conforme aponta Sedgwick (2007: 22), para muitos, manter-se "no armário", ou seja, não revelar publicamente identidades e práticas não heterossexuais, "ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas *gays*, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora". Contudo, tentar manter-se "no armário" é apenas uma das inúmeras estratégias que pessoas LGBT podem acionar para lidar com a ameaça concreta de violência, rejeição ou discriminação que os números dos *surveys* revelam.

Em uma pesquisa realizada na Austrália, durante a década de 1990, Mason (2002) explorou, junto a um grupo de mulheres lésbicas, experiências e percepções de hostilidade verbal, violência física e sexual, relacionadas à orientação sexual.<sup>22</sup> Acreditamos que muitas de suas conclusões aplicam-se igualmente a 'homens homossexuais', 'bissexuais' e 'mulheres trans', sendo pertinentes à análise que empreendemos a partir de pesquisa qualitativa exploratória realizada com 'homens homossexuais' na cidade do Rio de Janeiro.

Mason aponta para a necessidade de compreender a violência relacionada à homofobia dentro de um discurso sobre visibilidade sexual. Sua proposta se baseia em duas questões principais: a percepção subjetiva

<sup>22</sup> Apoiando-se na discussão foucaultiana sobre o panoptismo, Mason (2002) destaca a interpretação que vê nele um modelo extremamente interessante para pensar a interação entre corporalidade, visibilidade e regulação, uma vez que a sociedade contemporânea seria uma sociedade de vigilância, onde a internalização dos processos de individualização e normalização levariam o sujeito a forjar sua própria subjetividade e comportamento. O relato de suas entrevistadas aparece, assim, como uma forma de acesso a uma realidade construída através do discurso, isto é, uma comunicação verbal de determinadas formas de violação, dor, insulto ou injúria.

do risco e a negociação que daí advém por parte das pessoas que, sob ameaça, elaboram espécies de "mapas de segurança" que permitem seu trânsito por diversos espaços sociais.

Estratégias de negociação são, portanto, fundamentais, já que a homossexualidade permanece estigmatizada e a decisão por "assumir-se" ou "esconder-se" envolve uma cuidadosa avaliação dos riscos e benefícios. Ao construir esses "mapas", o conhecimento acerca de certas variáveis, como hora do dia, tipo de ambiente ou perfil dos interlocutores, é fundamental para tornar alguém mais ou menos vulnerável aos perigos potenciais da violência.

No discurso dos participantes da pesquisa qualitativa, tais "mapas" se fazem presentes de diferentes maneiras. Thiago, por exemplo, revelou evitar alguns lugares por "saber das coisas que acontecem", como os recorrentes ataques de *pitboys* no bairro carioca de Ipanema (mais especificamente na rua Farme de Amoedo, muito frequentada por *gays* e lésbicas): "Nunca se sabe o que vai ter na esquina, apesar de eu nunca ter visto absolutamente nada. Mas eu tomo essa precaução por conta de tudo o que gente ouve falar, o que a gente lê..." (Thiago, enfermeiro, 42 anos).

Para Rodrigo, que já teve a cabeça atingida por uma lata de cerveja ao beijar o namorado na saída de um dos blocos de Carnaval mais tradicionais da cidade, temores semelhantes também fazem com que "mapas de segurança" sejam traçados por ele, a fim de evitar agressões:

*É aquela coisa, tem ambientes e ambientes. Numa micareta<sup>23</sup> não vou fazer isso [beijar o namorado]. Porque eu não sou maluco (...). Eu gosto da minha vida, quero ficar vivo, eu não gosto de brigar, não sei brigar, como é que vai ser?* (Rodrigo, psicólogo, 27 anos)

Outros entrevistados expressam a ideia de "experimentação gradual" quando explicam como têm conseguido se manter distantes da violência física. Filipe, por exemplo, disse que a melhor maneira de se preservar seria a partir de uma negociação: "Não é chegar no meio de *skinheads* e beijar seu namorado e dizer: 'Olha, nós somos *gays*, estamos aqui para conversar com você', sabe? Não é assim também, a gente tem que ter consciência de que (...) ninguém é tão forte (...). Acho que é ir caminhando aos poucos" (Filipe, analista financeiro, 26 anos).

<sup>23</sup> Espécie de carnaval fora de época, a micareta tem se tornado muito popular entre jovens da classe média urbana do Brasil.

Como é possível perceber, o limiar da tolerância social é levado em conta ao se fazer uso de determinados mecanismos para minimizar o risco de agressões, de maneira que as noções de "constrangimento", "provocação" e "confusão" se destacam em algumas falas:

*Tem algumas coisas que eu não faço, até pra não criar constrangimento, por exemplo, dar um beijo na rua, eu não me sinto à vontade. Porque às vezes (...) eu acho que eu já vou começar a provocar, então eu não provo pra não ter que brigar (...). Porque uma coisa que pra você é natural pode ter um teor de provocação pra outra pessoa, pode atrair violência (...), coisas que até eu acho que não têm nada de mais, mas que eu prefiro tentar não chocar, assim, na rua... (Rafael, papiloscopista, 27 anos)*

*Eu por exemplo, nunca andei de braços dados com o meu namorado, nunca beijei ele na boca na frente de todo mundo, como qualquer casal heterossexual faz (...). E na verdade não é medo de apanhar, na verdade eu acho que é medo da confusão (...). O gay não pode ter uma vida como a do heterossexual, em todos os sentidos: andar de mão dada, (...) publicar questões de carinho (...). (João, cientista político, 35 anos)*

Vemos, portanto, que os "mapas de segurança" têm por objetivo reduzir ao máximo a possibilidade de violência homofóbica, mas, da mesma forma que a negociação de limites nos espaços mais restritos ao âmbito privado, funcionam também como uma ferramenta de demarcação de fronteiras. No que segue, a questão será trabalhada em uma perspectiva de visibilidade ainda mais patente, em que o risco é calculado por determinada apresentação de si, moldada pela aparência, controle de gestos e um maior ou menor grau de "afetação" ou "masculinidade". Ainda segundo Mason, tal estratégia envolve a elaboração de "mapas corporais". Da mesma forma que os "mapas de segurança", os "mapas corporais" estariam diretamente ligados à percepção subjetiva da violência potencial, fazendo com que os que se acreditam ameaçados por ela se preocupem muito mais com a maneira pela qual sua apresentação corporal pode ser interpretada por aqueles que os rodeiam. Se existe a possibilidade de passar despercebido, não há como saber quando se está sendo observado, tornando o controle em relação à própria imagem uma necessidade constante. Tudo se passa como se os 'homens homossexuais' entrevistados estivessem presos em uma espécie de panóptico imaterial.<sup>24</sup>



Dessa forma, desejar uma apresentação de si em conformidade com as convenções de gênero masculinas teria como função resgatar uma "normalidade aparente" previamente transgredida pelo fato de ser homossexual ou manter práticas homossexuais. Conforme observado anteriormente, para alguns dos informantes aqui apresentados, a preocupação com a aparência é evidente – não só pelo temor da violência física que, como vimos no caso das 'mulheres trans', tende a aumentar quando as convenções de gênero são transgredidas, mas também pela preservação de uma imagem social respeitável. Além de ter tirado o brinco, não pintar mais o cabelo e procurar se vestir "o mais social possível", Bruno disse ter "pavor" de ser visto como uma "bichinha qualquer", esforçando-se para parecer "o mais másculo possível":

*Se eu sou careta, se eu sou chato, (...) o problema é meu. É a maneira que eu me acho melhor de estar na sociedade (...). Eu faço academia, eu malho, eu faço natação, eu gosto do meu corpo de homem, entendeu? (...) Eu sou um homem que gosta de outro homem (...). Se eu pudesse ser o (...) máximo parecido com homem másculo possível, eu quero ser.*  
(Bruno, veterinário, 32 anos)

Bruno admitiu haver uma dissociação entre seu comportamento "diante da sociedade" e aquele adotado em ambientes mais íntimos ou tolerantes como boates *gays*, onde é possível "dar pinta, rebolar e dançar", sem que juízos de valor denegridores sejam uma preocupação.

Paulo criticou esse modo de agir, pois para ele, "ser *gay* é ser livre", e se existe alguma vantagem em gostar de pessoas do mesmo sexo, é justamente o fato de poder desfrutar de determinadas liberdades pouco vivenciadas pelos heterossexuais:

*Tem muita barbie<sup>25</sup> aí que se prende: 'Ah não, você tem que ter um padrão'. Eu falo: 'Porra, você já é gay, bicha!'. Então você pode dar pinta, você pode escutar a música que você quiser. Você já vai ser discriminado mesmo, então foda-se, entendeu? (...) Tem gays que são assim. Que palhaçada,*

<sup>24</sup> De acordo com Foucault (2005: 166-167), a principal finalidade do panóptico seria "induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder (...) Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo (...). O panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto".

*fazendo linha... eu nunca fiz linha, porra nenhuma, esse negócio de caretice: 'Ah não, você tem que ser macho'. Não, eu acho que você tem que ser você.* (Paulo, técnico em edificações, 30 anos)

João, por sua vez, também condenou o que considera uma "imposição da sociedade", destacando a maior vulnerabilidade que homossexuais "afeminados" teriam em relação à violência por estarem transgredindo as convenções de gênero masculinas. Não obstante, afirmou não se tratar do seu caso. Como para Bruno, a prática de esportes parece funcionar como um fator atenuante.<sup>26</sup>

Para Gabriel, preservar a masculinidade parece ter sido fundamental em várias esferas de sua vida. Na relação com o pai, por exemplo, provar que não tinha vontade de se vestir de mulher e que continuava a gostar de futebol foi determinante para uma reação menos hostil:

*Quando eu falei pra ele que eu era gay, que eu gostava de homem, mas que não tinha a menor vontade de me vestir como mulher, (...) ele questionou: 'Não?' Eu falei: 'Não, eu estou dizendo que eu sinto atração por homens, física e afetiva, eu gosto de homem'. Nunca tive vontade de me vestir de mulher, nem de brincadeira, em festa, não me sinto bem (...). Meu pai achava que por eu ser gay, eu estava perdendo toda a minha condição de masculinidade. E eu falei pra ele que eu continuava gostando de futebol, que eu ia no Maracanã com ele. Foi quando, engraçado, o meu pai começou a (...) realmente lidar melhor comigo, como filho, que ele via que o filho dele continuava sendo homem. Apesar de ser gay, ele era homem. Sempre deixou claro: 'Nunca vou aceitar, mas o fato de você ser homem, você me faz um favor. As pessoas não vão ver muita coisa, não vou ter vergonha'.* (Gabriel, psicólogo, 29 anos).

É interessante constatar como público e privado se entrecruzam na fala do pai de Gabriel. Ao perceber que o filho não havia "perdido" a

<sup>25</sup> As *barbies* são homossexuais que despendem muitas horas em academias de ginástica a fim de modelar um corpo de aparência musculosa e viril, em consonância com os ideais de masculinidade vigentes (Nunan, 2003).

<sup>26</sup> Em seu estudo sobre os significados da masculinidade, Oliveira (2004) traça uma conexão entre a prática de esportes com os valores masculinos. Embora a prática esportiva possa ser encarada de uma perspectiva mais ampla, na qual estão em jogo outras metas, como o bem-estar e a saúde, não podemos menosprezar que a valorização do esporte contém uma série de atributos simbólicos associados à masculinidade, como força, vigor, disposição e, em última instância, poder.

masculinidade, parece haver um alívio em relação ao julgamento dos "outros", que não iriam "ver muita coisa" – discurso que se aproxima de outros relatos, como os de Bruno e Filipe, cujos parentes mostraram-se extremamente preocupados com a possibilidade de eles "envergonharem" a família diante da vizinhança. Logo adiante em sua entrevista, Gabriel explorou mais propriamente o problema do gênero, complementando a fala anterior:

*Ver que o Gabriel não ia ser uma bicha... eu realmente acho que seria muito complicado, porque (...) a coisa do gênero, se o homossexual de repente pode virar um transgênero, ou um travesti... eu não sei como é que teria sido (...). Então, isso ajuda. Eu acho que se o gênero tivesse entrado muito nisso, (...) meus pais realmente não teriam aceito. A segurança pros meus pais, principalmente pro meu pai, foi ver que o Gabriel continuava sendo homenzinho. (Gabriel, psicólogo, 29 anos)*

Quando perguntado se "manter um certo nível de masculinidade" seria vantajoso não só para a construção de uma boa relação com o pai, mas também em outros ambientes, Gabriel disse "que ajuda". Mesmo questionando a necessidade de preservar uma "imagem profissional", como muitos tentam fazer, não deixou de reconhecer a importância que uma aparência masculina exerce no seu trato com o chefe, bem como em outros círculos majoritariamente heterossexuais.

*Eu acho que, mesmo se eu fosse um travesti, eu exigiria respeito. Porque, sim, a gente fala, se fala muito de imagem profissional (...). Isso é uma coisa que hoje me irrita muito. Isso é homofóbico, enclausura (...). Mas sim, não tenho como deixar de dizer que não ajuda; acho que o fato de eu preservar a minha masculinidade, eu vejo, principalmente com os homens heterossexuais, eu ganho, eu me relaciono bem com eles, por causa disso (...). [Meu chefe] se sente seguro comigo, não se sente ameaçado. O homem hétero tem essa coisa, de se sentir muito ameaçado, não pode ter um amigo gay que parece que vai virar gay<sup>27</sup> (...). [Mas] eu sempre conversava, engraçado, eu via que essas informações que eu dava modificava a percepção deles, eles se sentiam seguros: 'Gabriel não é uma ameaça'. (Gabriel, psicólogo, 29 anos)*

<sup>27</sup> O perigo da "contaminação" foi um dos pilares fundantes da construção da ideia de homofobia em seus primórdios (Weinberg *apud* Herek, 2004) e remete à oposição que Douglas (1976) faz entre "higiene" e "sujieira", apontando a primeira como uma tentativa de reorganização simbólica.

Outro aspecto referente à “apresentação de si” como forma de controlar a ameaça de discriminação e violência homofóbica diz respeito ao modo como outros marcadores sociais de diferença, como os de classe ou de raça, interagem com os de gênero e sexualidade. Tomemos, por exemplo, a raça ou a cor autoatribuída pelos entrevistados.

Para Carlos (pesquisador, 36 anos), Paulo e João, que se disseram negros, parece existir uma relação mutuamente potencializadora entre raça/cor, homossexualidade e uma maior perpetração de atos discriminatórios e/ou violentos. Além de Rodrigo, somente Carlos e Paulo afirmaram ter sofrido pelo menos um episódio de violência física plenamente consumada, mas tanto estes dois últimos quanto João foram os que mais relataram situações de discriminação fora de casa.

Carlos, por exemplo, disse já ter sido vítima de “milhões de coisas”, destacando uma situação em que levou pedradas de desconhecidos na rua. Paulo, por sua vez, contou sobre um episódio em que apanhou de um heterossexual por tê-lo ‘paquerado’, mas também mencionou duas situações em que só conseguiu escapar por ter corrido. Em ambas, desconhecia os agressores, embora na primeira acredite que talvez os agressores pudessem conhecê-lo:

*Uma vez eu estava passando (...) num lugar que é meio ermo. Uma e pouco da manhã, parou um carro assim e passou, daqui a pouco ele vindo de ré: ‘Vamos pegar, vamos pegar’. Acho que já me conheciam, porque eu passava sempre sozinho [por ali]. Aí tive que subir o morro, assim, correndo, porque cismaram com a minha cara (...). Graças a Deus, não chegaram a me pegar; nesse negócio de sebo nas canelas, de correr, eu sou bom, podia até ser velocista. E outra vez também, (...) tinha acabado de vir de uma festa de abertura de uma parada gay, foi tipo ano passado (...). Tinham várias pessoas, tinham umas travestis que foram também, (...) aí nisso parou um carro, pegou umas pedras, e eu estava observando... aí viu, achou que todo mundo fosse viado ali, aí começou a correr atrás; a gente teve que correr mesmo, pra não sofrer violência, de sangrar mesmo, entendeu? (...) Porque discriminação você até releva, mas violência você tem que correr ou tentar se defender. (Paulo, técnico em edificações, 30 anos)*

Se os que se disseram negros são os que relatam maior número de experiências de violência é porque diferentes marcadores sociais de diferença interagem na exteriorização e experiência dessa mesma violência.

Em relação a esse ponto, mais uma vez o trabalho de Mason é inspirador. A autora vai além da ideia de interseccionalidade para explicar a maneira pela qual as identidades funcionam em conjunto. Em vez de pensar em uma interseção entre diferentes marcadores, Mason os vê como constituindo-se mutuamente. Para ela, gênero, classe, raça e/ou sexualidade não estariam apenas em interseção uns com os outros, mas funcionariam como "veículos de articulação" entre si. Desse modo, poderíamos supor que a homossexualidade de homens negros, quando comparada a de homens brancos, adquire valor específico, sendo alvo de reações homofóbicas ainda mais violentas. No entanto, como a própria autora ressalta, o processo de constituição mútua das diferenças sociais não é de todo desprovido de problemas, pois raça, sexualidade, gênero e outras variáveis não só se articulam em uma soma de opressões, mas também "colidem", em uma série de contradições e incomensurabilidades próprias a cada contexto.

## Masculinidade e homofobia

Para autores como Kimmel (2001) e Welzer-Lang (2001), uma maior incidência de intolerância homofóbica em relação aos homens que não se adéquam às convenções de gênero (como explorado anteriormente nos dados dos *surveys*) poderia ser explicada pela necessidade de desvalorização do feminino, característica marcante das sociedades ocidentais. Se ser "homem" é historicamente sinônimo de dominação, tal poder não é simplesmente "dado" e, muitas vezes, o preço pago por querer corresponder às expectativas associadas à construção de uma identidade masculina positiva é alto. Além de ser objeto de cobranças sociais significativas (muitas vezes acompanhadas de pressões familiares), ao homem cabe reafirmar constantemente sua masculinidade através de um árduo e longo trabalho de construção identitária, permeado principalmente pela demonstração de superioridade física e psicológica.

De acordo com Kimmel, o esforço para manter uma aparência masculina se faz presente em todas as atividades de um homem, como a maneira de falar, comer e andar, de modo que uma linguagem codificada de gênero estaria subscrita em todo maneirismo ou movimento. A possibilidade de ser "desmascarado", portanto, estaria em todos os lugares. Ao tratar da juventude, período em que os homens estariam mais preocupados em exercer mecanismos de autocontrole a fim de se assegurarem de sua própria masculinidade, o autor propõe:

Como homens jovens, estamos constantemente passeando por essas fronteiras de gênero, verificando as cercas que construímos no perímetro, certificando-nos de que nada remotamente feminino possa aparecer. (...) Até mesmo a coisa mais aparentemente insignificante pode ameaçar ou ativar esse terror assombroso. (Kimmel, 2001: 105)

Apresentando uma perspectiva semelhante, Welzer-Lang acredita que as relações entre homens seriam estruturadas a partir de uma imagem hierarquizada das relações entre homens e mulheres. Qualquer demonstração de fraqueza ou impotência por parte dos primeiros implicaria a ameaça de serem subjugados, visto que as relações sociais de sexo ocorrem de modo transversal ao conjunto da sociedade. Para o autor, é nessa transversalidade que estaria a principal raiz da homofobia, encarada por ele como "a discriminação contra pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao do outro gênero", pois "para ser homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal)tratado como tal" (Kimmel, 2001: 465).

Outros autores irão explorar a valorização de uma estética ou performance masculina do ponto de vista não mais das estratégias individuais, mas do modo pelo qual o movimento *gay* busca afirmar-se no cenário político mais geral. Pollak (1987: 68), por exemplo, apresenta uma hipótese aplicável especificamente ao meio homossexual, ao menos àquele dos anos 80. Para este autor, uma representação que estivesse o mais distante possível do feminino teria tido sua origem dentro da própria militância. Ao tentar redefinir a identidade homossexual, seus membros teriam se esforçado no sentido de descolá-la "da imagem que faz do homossexual, na melhor das hipóteses, um homem efeminado, e, na pior, uma mulher que não deu certo". Ainda de acordo com ele,

Enquanto o tema da emancipação dos heterossexuais está quase sempre ligado à indiferenciação dos papéis masculinos e femininos, a emancipação homossexual atravessa atualmente uma fase de definição muito estrita de identidade sexual (...). Esta evolução do meio homossexual na direção de um estilo que acentua a virilidade é muitas vezes acusada de ser sexista e leva a marginalizar aqueles homossexuais que não se submetem a essa definição da identidade homossexual. Mesmo reconhecendo esses fenômenos de exclusão, é preciso ressaltar que a busca de uma tal

identidade muito rígida surge num momento em que, pela primeira vez, se oferece a oportunidade aos homossexuais de construir sua própria imagem social, e de ressaltarem sua masculinidade, mais do que suas características femininas. Caso em um futuro próximo a sociedade se tornasse mais tolerante para com a homossexualidade, poderíamos esperar um abrandamento dessa necessidade de construir uma imagem "machista". (Pollak, 1987: 68-69)

É importante ressaltar, entretanto, que muitas vezes a preferência por adotar um comportamento mais "conformado" não ocorre de maneira consciente, ou pelo menos, não completamente. Assim como incorporamos em nossas vidas diversas convenções sociais que permitem uma melhor interação com o mundo, por que não incluir a "assimilação da masculinidade" em seu rol?

Acrescido a isso – e talvez um aspecto ainda mais importante no que concerne à discussão empreendida aqui – o controle sobre o próprio corpo poderia funcionar como uma estratégia de recusa à vulnerabilidade, o que nos permite questionar a lógica de que adotar uma aparência mais "masculinizada", ou, no caso das 'mulheres trans', tornar-se indistinguível das mulheres heterossexuais, seja simplesmente uma forma de "assimilação". Como Mason aponta, ao mapear constantemente seus corpos, *gays* e lésbicas também estariam exercendo uma forma de controle, administrando sua própria visibilidade de modo a assumir as rédeas de situações em que sentimentos hostis podem aparecer.

## Conclusão

Em fevereiro de 2000, o assassinato de Edson Nérís, linchado por um grupo de *skinheads* em uma praça de São Paulo enquanto andava de mãos dadas com outro homem, causou comoção pela brutalidade e ganhou grande repercussão midiática por sua caracterização pela justiça paulista como "crime de ódio" (algo inédito no Judiciário brasileiro) e pela pena relativamente severa aplicada aos réus (Vianna, Lacerda & Carrara, 2008). Ainda que casos como esse não sejam rotina nas grandes cidades brasileiras, pouco se sabe sobre o que ocorre em cidades menores ou mesmo em contextos sociais mais pobres, onde a denúncia formalizada de atos violentos geralmente é menor.

Mesmo considerando os já citados levantamentos do Grupo Gay da Bahia e as pesquisas nas Paradas do Orgulho LGBT, os verdadeiros números podem estar subestimados. Soma-se a isso o fato de que, conforme revelam os dados qualitativos apresentados, o que é percebido como discriminação ou violência assume muitas vezes um caráter subjetivo, tornando difícil a caracterização de uma "verdadeira face" da homofobia.

É certo que muito vem mudando no panorama da visibilidade LGBT. Além de conquistas em termos de leis, projetos de lei e decisões judiciais, vivemos atualmente um período em que a exposição da sexualidade como um todo é muito maior. Embora ainda existam divergências, grupos de defesa dos direitos LGBT se organizaram por todo o país, e a articulação entre a esfera municipal, estadual, federal e internacional é uma realidade cada vez mais nítida (Vianna & Lacerda, 2004).

Todavia, é indispensável que estejamos atentos para não adotar uma postura demasiadamente otimista em relação a esses avanços, pois correríamos o risco de deixar de lado o viés estruturante que certa orientação sexual e/ou identidade de gênero ainda podem conferir ao trânsito social do sujeito, tornando-o mais propenso a sofrer agressões físicas ou verbais, entre outras perdas significativas. Conforme discutido aqui, no que concerne de maneira mais específica à homossexualidade e bissexualidade masculina, bem como à travestilidade e à transexualidade, é possível que esse viés seja ainda mais perceptível, tornando necessário um aprofundamento de determinados componentes que trazem a esse grupo uma maior vulnerabilidade.

## Referências

- BRANDÃO, E. R. Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da Delegacia da Mulher. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2): 207-231, 2006.
- CARRARA, S. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CARRARA, S. & RAMOS, S. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.
- CARRARA, S. et al. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2006.



- CARRARA, S. et al. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2007.
- CORREA, M. *Gênero e Cidadania*. Campinas: Unicamp, Pagu, 2002.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ERIBON, D. *Reflexões sobre a Questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GREGORI, M. F. *Cenas e Queixas: um estudo sobre relações violentas, gênero e feminismo*. São Paulo: Paz e Terra, Anpocs, 1993.
- HEREK, G. M. Beyond 'homophobia': thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality Research & Social Policy*, 1(2): 6-24, 2004.
- KIMMEL, M. S. Masculinity as homophobia: fear, shame and silence in the construction of gender identity. In: WHITEHEAD, S. & BARRETT, F. (Eds.). *The Masculinities Reader*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- LOPES, S. da S. *Masculinidades Encarceradas: representações sobre o estupro e o estuprador na prisão*, 2005. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MASON, G. *The Spectacle of Violence: homophobia, gender and knowledge*. London: Routledge, 2002.
- MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, supl. 1: 7-18, 1994.
- MINAYO, M. C. de S. A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 1: 1.259-1.276, 2006.
- MOTT, L. *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.
- MOTT, L. & CERQUEIRA, M. *Causa Mortis: homofobia*. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.
- NUNAN, A. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003.
- OLIVEIRA, P. P. de. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: ARIÉS, P. & BÉJIN, A. (Orgs.). *Sexualidades Ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POLLAK, M. *Os Homossexuais e a Aids: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

- RAMOS, S. & CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2): 185-205, 2006.
- SARTI, C. A.; BARBOSA, R. M. & SUAREZ, M. M. Violência e gênero: vítimas demarcadas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2): 167-183, 2006.
- SAGGESE, G. *Quando o Armário é Aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais*, 2009. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28: 19-54, 2007.
- SOUZA, E. R. de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1): 59-70, 2005.
- VIANNA, A. & LACERDA, P. *Direitos e Políticas Sexuais no Brasil: o panorama atual*. Rio de Janeiro: Cepesc, 2004.
- VIANNA, A., CARRARA, S. & LACERDA, P. Sexual politics and sexual rights in Brazil: an overview. *Global Public Health*, 3: 5-21, 2008.
- WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, 9(2): 460-482, 2001.
- ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, 13(3): 3-17, 1999.

---

*Formato:* 16 x 23 cm  
*Tipologia:* Goudy e Weiss  
*Papel:* Pólen Bold 70g/m<sup>2</sup> (miolo)  
Cartão Supremo 250g/m<sup>2</sup> (capa)  
*CTP, impressão e acabamento:* Imos Gráfica e Editora Ltda.  
Rio de Janeiro, outubro de 2011

Não encontrando nossos títulos em livrarias,  
contactar a EDITORA FIOCRUZ:  
Av. Brasil, 4036 – 1º andar – sala 112 – Manguinhos  
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3882-9007 / Telefax: (21) 3882-9006  
[www.fiocruz.br/editora](http://www.fiocruz.br/editora)  
[editora@fiocruz.br](mailto:editora@fiocruz.br)